



ATIVIDADE LEGISLATIVA E PARLAMENTAR

XIII LEGISLATURA

1.ª Sessão Legislativa (23 de outubro 2015 a 14 de setembro de 2016)

VERSÃO PROVISÓRIA A 20 DE JULHO DE 2016



1. COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	3
1.1 Composição da AR	3
2. ATIVIDADE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	4
2.1 Atividades do Presidente da Assembleia da República	4
2.2 Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente e Debates	7
2.3 Atividade das Comissões Parlamentares	8
2.3.1 Comissões Especializadas Permanentes e Subcomissões	8
2.3.2 Comissões Eventuais e Comissões Eventuais de Inquérito	9
3. ATIVIDADE LEGISLATIVA	10
3.1 Projetos e Propostas de Lei	10
3.2 Projetos e Propostas de Resolução	12
4. ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO	13
4.1 Apreciações Parlamentares	13
4.2 Moções e Interpelações ao Governo	14
4.3 Perguntas e Requerimentos	15
4.3.1 Perguntas	15
4.3.2 Requerimentos	16
4.4 Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XIII/1ª	18
4.5 Inquéritos Parlamentares	19
4.6 Declarações Políticas	20

1. COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

1.1 Composição da AR

A 1ª sessão legislativa da XIII legislatura teve início no dia 23 de outubro de 2015, tendo a primeira reunião plenária sido realizada no mesmo dia.

Face à distribuição dos eleitos na anterior eleição em 2011 (61 mulheres e 169 homens), notou-se um acréscimo do número de mulheres eleitas em 2015 (75 mulheres e 155 homens).

A 20 de julho de 2016 eram Deputados efetivos 79 mulheres e 151 homens, o que significou um aumento da percentagem para 34,3% de mulheres a exercer mandato por via das substituições de Deputados operadas nos GP do PS e BE.

Tabela 1
Composição da AR

Autor	Eleitos			Efetivos em 20/07/2016		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
PSD	61	28	89	61	28	89
PS	59	27	86	56	30	86
BE	13	6	19	12	7	19
CDS-PP	11	7	18	11	7	18
PCP	9	6	15	9	6	15
PEV	1	1	2	1	1	2
PAN	1	-	1	1	-	1
Total	155	75	230	151	79	230

Gráfico 1
Eleitos por Grupo Parlamentar

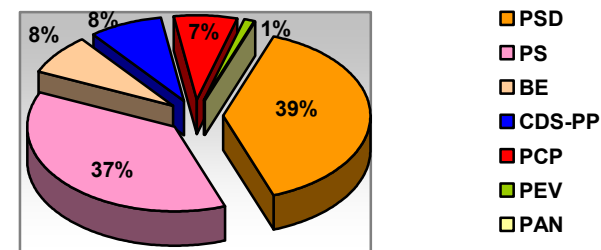


Gráfico 2
Deputados por Género Eleitos

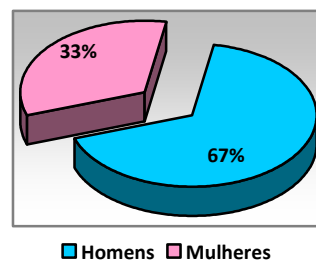
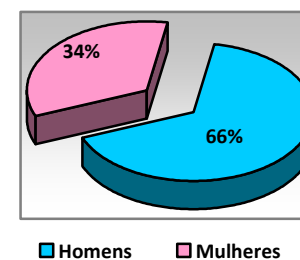


Gráfico 3
Deputados por Género Efetivos em 20/07/2016



2. ATIVIDADE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

2.1 Atividades do Presidente da Assembleia da República¹

A 1.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura iniciou-se com a eleição do novo Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues, ato que teve lugar na Reunião Plenária de 23 de outubro de 2015.

Incluindo a Reunião de Instalação da Assembleia da República, o Presidente Eduardo Ferro Rodrigues presidiu a 119 reuniões (89 Reuniões Plenárias, 24 Conferências de Líderes e 6 Conferências de Presidentes das Comissões Parlamentares).

No decurso da 1.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura, o Presidente da Assembleia da República concedeu um vasto leque de audiências a personalidades e entidades, nacionais (45) e estrangeiras (28), destacando-se signatários de petições dirigidas à Assembleia da República, o Sindicato dos Funcionários Parlamentares e a Associação dos Jornalistas Parlamentares, representantes de Entidades Externas Independentes, representantes de diversas Associações (nomeadamente a Associação Nacional de Freguesias e a Associação 25 de Abril), Altas Entidades do Estado Português (civis e militares), Membros do Corpo Diplomático acreditado em Portugal e Chefes de Missão Portuguesa no Estrangeiro, Chefes de Estado e de Governo (o Presidente da República de Cabo Verde e o Primeiro-Ministro de Cabo Verde), Presidentes e Vice-Presidentes de outros Parlamentos (o Presidente da Câmara dos Representantes do Reino de Marrocos e o Vice-Presidente da Assembleia Consultiva do Povo da Indonésia), Sua Alteza o Aga Khan e Secretários-Gerais de Organizações Internacionais (o Secretário-Geral das Nações Unidas, a Secretária-Geral da Conferência Iberoamericana e o Secretário-Geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

Foram também recebidos em audiência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, acompanhados pelos respetivos Líderes Parlamentares, e personalidades de relevo nacional ou internacional, nomeadamente Eduardo Lourenço, Joseph Stiglitz, António Guterres e Joaquim Chissano.

Foram recebidos pelo Presidente da Assembleia da República, em Cerimónia de Boas Vindas, o Presidente da República da Bulgária, o Presidente da Irlanda, a Presidente da Câmara dos Deputados de Itália e o Presidente do Parlamento Europeu, no quadro das Visitas Oficiais que realizaram a Portugal.

O Presidente Eduardo Ferro Rodrigues representou a Assembleia da República em diversas Comemorações, Conferências e Eventos, destacando-se as Comemorações dos 30 Anos de Adesão de Portugal à CEE, as Cerimónias Oficiais do 10 de junho ou a Assembleia Parlamentar EUROLAT. Na representação internacional, destaca-se a participação do Presidente da Assembleia da República na Conferência dos Presidentes dos Parlamentos da União Europeia, no Luxemburgo, e a visita à Exposição Retrospectiva de Amadeo de Souza-Cardoso (uma organização conjunta *Réunion des musées nationaux* e Fundação Calouste Gulbenkian), em Paris.

¹ Dados atualizados à data de 23 de julho de 2016.

Durante a 1.ª Sessão Legislativa, o Presidente Eduardo Ferro Rodrigues marcou presença na Cerimónia de Tomada de Posse dos XX e XXI Governos Constitucionais, tendo ainda presidido à Sessão Solene da Tomada de Posse do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Por iniciativa do Presidente, a Assembleia da República expressou a sua condenação por trágicos eventos sucedidos neste período e o seu pesar pelo desaparecimento de personalidades marcantes do panorama social, cultural e político (em 15 Votos).

O Presidente Eduardo Ferro Rodrigues deu posse à 1.ª Comissão Parlamentar (*Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias*), gesto repetido nas *Comissões Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas*, de *Inquérito ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF)* e de *Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco*. Por iniciativa do Presidente da Assembleia da República, foi constituído, em 9 de junho, o *Grupo de Trabalho para o Parlamento Digital*.

O Presidente da Assembleia da República é, por inerência, Membro do Conselho de Estado, tendo, durante a 1.ª Sessão Legislativa, participado em 2 reuniões deste órgão de consulta do Presidente da República.

Na 1.ª Sessão Legislativa assinalou-se ainda a Tomada de Posse do Secretário-Geral da Assembleia da República, Albino de Azevedo Soares, e de um conjunto de dirigentes do Parlamento.

A 1.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura ficou marcada pelo lançamento e execução do Programa das Comemorações dos 40 anos da Constituição da República Portuguesa, que incluiu Homenagens aos Constituintes de 1975-76, ações de divulgação mediática junto do grande público, eventos culturais e conferências.

No âmbito das homenagens aos Constituintes, e por proposta do Presidente da Assembleia da República, foi aprovada a atribuição do Título de Deputado Honorário aos Constituintes de 1975-1976, tendo a entrega dos Diplomas aos Deputados Honorários decorrido no dia 14 de abril, seguida do descerramento de uma placa em Homenagem aos Deputados da Constituinte pelos Deputados da XIII Legislatura. Esta Homenagem estendeu-se ainda ao Antigo Presidente da República Mário Soares e ao Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, também eles Deputados Constituintes.

No âmbito das Comemorações procedeu-se a uma edição especial da Constituição da República Portuguesa, em formato de bolso, tendo a sua distribuição ocorrido no dia 2 de abril, e sido assegurada através de parceria estabelecida com o Jornal *Expresso*.

Realizaram-se, ainda, diversos eventos culturais evocativos da efeméride, destacando-se a peça de teatro *“Nesta hora primeira”*, um espetáculo aberto ao público, alusivo à Assembleia Constituinte e ao período político de 1975-1976, produzido pela Companhia teatral Artistas Unidos, com texto e encenação de Jorge Silva Melo, e a exposição multimédia e interativa *“A*

Prova do Tempo: 40 anos de Constituição, instalada no Átrio Principal do Palácio de São Bento, e que propôs uma reflexão sobre os atuais desafios que se colocam à Constituição, comissariada pelos Professores António Hespanha, Inácia Rezzola e Ivo Veiga.

Deu-se, ainda, início ao conjunto de conferências programadas para assinalar os 40 Anos da Constituição da República Portuguesa, presididas pelo Presidente da Assembleia da República, tendo-se realizado nesse âmbito, na Sala do Senado, o Fórum das Políticas Públicas, organizado pelo ISCTE, este ano subordinado ao tema *“Os Fundamentos Constitucionais das Políticas Públicas”*, nos dias 24 e 31 de maio. O Presidente da República honrou-nos com a sua participação no encerramento da sessão do dia 31 de maio.

Esta forma inovadora de relacionamento do Presidente da República com a Assembleia da República reiterou-se com a participação do Chefe de Estado na Conferência sobre Crianças Desaparecidas (promovida pelo Instituto de Apoio à Criança) e na Conferência sobre os 30 Anos de Adesão de Portugal à CEE, tendo ambas as cerimónias contado também com a participação do Presidente da Assembleia da República.

No dia 7 de junho, na Sala de Leitura da Biblioteca, teve início o Ciclo de Conferências de Direito Constitucional, coordenado pelo Professor Doutor Jorge Miranda, com um debate sobre *“Princípios Fundamentais e Sistema de Governo”*.

No cômputo geral, foram 93 as iniciativas em que esteve presente (ou participou) o Presidente Eduardo Ferro Rodrigues, na Assembleia da República (48) e no exterior (45).

Tabela 1
Atividades do Presidente da Assembleia da República

Atividades		N.º de Atividades
Presidência de Reuniões (Plenárias, Conferência de Líderes e de Presidentes das Comissões Parlamentares)		119 ²
Audiências a Entidades Nacionais		48
Audiências a Entidades Estrangeiras		30
Deslocações em Missão Oficial Internacional		3
Participação em outros atos ³	Na Assembleia da República	48
	Fora da Assembleia da República	45
Total		294

² Na 1.ª Sessão Legislativa da XIII Legislatura tiveram lugar 89 Reuniões Plenárias, 24 Reuniões da Conferência de Líderes e 6 Reuniões da Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares.

³ Tomadas de Posse, Comemoração de Efemérides, Inauguração de Exposições, Colóquios, Conferências, Reuniões de Outros Órgãos.

2.2 Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente e Debates

Durante a 1ª sessão legislativa da XIII legislatura e até 20 de julho de 2016, realizaram-se 89 reuniões plenárias. Entre os debates realizados, constata-se que diminuiu do ponto de vista quantitativo os realizados para debate de iniciativas legislativas, que tiveram lugar em 51 reuniões - o que corresponde a 57% das reuniões realizadas nesta sessão. Comparativamente, na 4ª sessão legislativa da XII legislatura o debate de iniciativas havia ocorrido em 77% das 109 reuniões então realizadas.

As sessões solenes referidas na Tabela 3 foram a Sessão Solene de Tomada de Posse do Presidente da República e a Sessão Solene Comemorativa do XLII Aniversário do 25 de abril.

Tabela 3
Reuniões Plenárias, da Comissão Permanente e Debates

Reuniões	Tipo	Nº Reuniões	Debates	Nº Debates	
Plenárias	Ordinárias	87	Debates com o Governo	Debate do Estado da Nação ⁴	1
				Debate Quinzenal com 1º Ministro ⁵	10
				Debate com o 1º Ministro antes do Conselho Europeu ⁶	3
				Participação de Portugal na União Europeia ⁷	2
				Declaração do Governo ⁸	2
			Outros Debates	Primeira reunião após realização de Eleições Legislativas	1
				Apreciação de Relatórios	2
				Debate de Atualidade ⁹	4
				Debate de Urgência ¹⁰	7
	Debate Temático ¹¹	6			
		Debates de Iniciativas Legislativas	-	51	
Solenes	2				
Total		89		89	

⁴ Ao abrigo do artigo 228º do RAR.

⁵ Ao abrigo do artigo 224º do RAR.

⁶ Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei de Acompanhamento, Apreciação e Pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do Processo de Construção da União Europeia.

⁷ Nos termos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 21/2012, de 17 de maio.

⁸ Ao abrigo do n.º 2 do artigo 78º do RAR.

⁹ Ao abrigo do artigo 72º do RAR.

¹⁰ Ao abrigo do artigo 74º do RAR.

¹¹ Ao abrigo do artigo 73º do RAR.

2.3 Atividade das Comissões Parlamentares Permanentes

2.3.1 Comissões Parlamentares Permanentes e Subcomissões

Estiveram em funcionamento 12 comissões permanentes, número fixado obedecendo ao definido legalmente no início da legislatura, pela Deliberação nº 11-PL/2015, de 11 de novembro. O elevado número de reuniões realizadas (740), bem como as 416 audições efetuadas – número que inclui as audições com membros do Governo e com os responsáveis por entidades públicas e as audições no âmbito do processo legislativo - é revelador da importância do trabalho realizado em comissão.

Tabela 4
Comissões Parlamentares Permanentes e Subcomissões
Reuniões/Horas Reuniões/Audições/Audiências/Visitas e Deslocações/Conferências, Colóquios e Seminários

Nº Comissão	Comissões Permanentes e Subcomissões	Nº Reuniões	Nº Horas Reuniões	Nº Audições	Nº Audiências	Nº Visitas e Deslocações	Nº Conferências, Colóquios e Seminários
1ª	Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias	72	150:43	55	16	2	35
	Subcomissão de Ética	22	18:46	1	-	-	-
	Subcomissão de Igualdade e Não Discriminação	21	30:42	14	5	1	4
2ª	Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	49	76:04	9	32	-	26
3ª	Defesa Nacional	46	111:37	17	8	3	15
4ª	Assuntos Europeus	64	113:48	29	13	2	5
5ª	Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa	64	248:27	67	10	-	4
6ª	Economia, Inovação e Obras Públicas	76	229:16	48	16	-	8
7ª	Agricultura e Mar	46	162:04	23	23	-	21
8ª	Educação, Ciência	83	128:21	32	58	3	11
9ª	Saúde	40	107:50	37	18	-	1
10ª	Trabalho e Segurança Social	52	129:00	30	1	-	4
11ª	Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação	52	187:15	26	9	1	4
12ª	Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto	53	114:48	28	18	4	13
Total		740	1808:41:00	416	227	16	151

2.3.2 Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito

Na 1ª sessão da XIII legislatura funcionaram duas comissões eventuais de inquérito: a Comissão Parlamentar de Inquérito ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF) (CPIBANIF) e a Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco (CPIRCGDGB).

A Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas foi constituída pela Resolução da AR nº 62/2016, de 15 de abril. As Comissões Parlamentares de Inquérito, ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal e à recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à gestão do Banco foram constituídas, respetivamente, pela Resolução da AR nº 16/2016, de 28 de janeiro, e pela Resolução da AR nº 122/2016, de 1 de julho.

Tabela 5
Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito
Reuniões/Horas Reuniões/Audições/Audiências

Comissões Eventuais e Eventuais de Inquérito		Nº Reuniões	Nº Horas Reuniões	Nº Audições	Nº Audiências
Eventuais	Comissão Eventual de Verificação de Poderes dos Deputados Eleitos	3	1:24	-	-
	Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas	11	13:55	5	-
Eventuais de Inquérito	Comissão Parlamentar de Inquérito ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal (BANIF)	37 ¹²	139:22	33	-
	Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco	6	6:00	-	-
Total		62	160:41	38	-

¹² A Comissão tem agendadas mais duas reuniões nos dias 25 e 28 de julho.

3. ATIVIDADE LEGISLATIVA

3.1 Projetos e Propostas de Lei

Até ao dia 20 de julho de 2016, foram apresentadas 317 iniciativas legislativas, 291 (91,8%) com origem nos GP e deputado único do PAN e 26 (8,2%) com origem no Governo e Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas. Transitaram 4 PPL das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas e 1 PPL de Iniciativa Legislativa de Cidadãos.

A percentagem de iniciativas que deram origem a lei foi comparativamente mais baixa nos PJJ (15,8%) do que nas PPL (38,5%).

No período em análise foram publicadas 29 leis, que tiveram origem em 46 PJJ e 10 PPL.

As 10 iniciativas legislativas vetadas pelo PR correspondem a 3 Decretos da AR, a saber: os Decretos nºs 6/XIII, 7/XIII e 27/XIII, tendo este último sido confirmado na reunião plenária de 20 de julho de 2016.

Tabela 6
Projetos e Propostas de Lei

Iniciativas	Autor	Transitadas para XIII/1ª	Entradas XIII/1ª	Discutidas Generalidade	Aprovadas Votação Generalidade	Rejeitadas Votação Generalidade	Aprovadas Votação Final Global	Veto PR	Iniciativas deram origem a Lei	Leis
Projetos de Lei	PSD	-	16	8	2	2	2	-	-	29 ¹³
	PSD/CDS-PP	-	6	6	3	3	-	-	-	
	PS	-	32	26	23	-	17	2	14	
	BE	-	78	52	31	10	24	4 ¹⁴	14	
	CDS-PP	-	27	27	2	18	1	-	-	
	PCP	-	89	46	25	9	16	1	10	
	PEV	-	21	16	9	4	7	2	6	
	PAN	-	22	13	4	6	2	1	2	
	Iniciativa Legislativa Cidadãos	1	-	-	1	-	1	-	-	
Total	1	291	194	100	52	70¹⁵	10	46		
Propostas de Lei	Governo	-	14	10	10	-	9	-	5	
	ALRA Açores	3	3	5	6	-	4	-	3 ¹⁶	
	ALRA Madeira	1	9	3	4	1	4	-	2	
	Total	4	26	18	20	1	17	-	10	
Total	5	317	212	120	53	87	10¹⁷	56		

13 Inclui uma Lei com origem nas Apreciações Parlamentares nos 7/XIII/1ª (BE) e 8/XIII/1ª (PCP).

14 Foi confirmado o Decreto da AR nº 27/XIII (PJJ nº 183/XIII/1ª - BE) na sessão plenária de 20 de julho de 2016.

15 Foram aprovados vários textos de substituição apresentados pelas Comissões.

16 Inclui a Lei n.º 18/2016 que tem origem na PPL nº 180/XII/3.

17 Correspondem a três Decretos da AR.

Gráfico 4
PJI Entrados na XIII/1ª

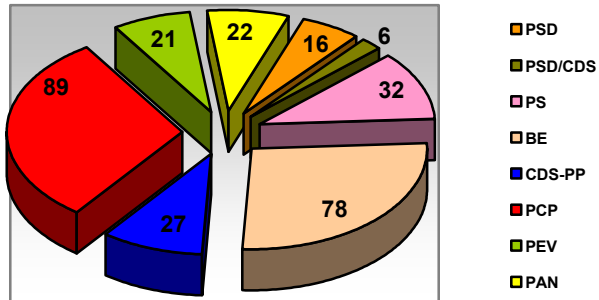


Gráfico 5
PJI Aprovados em VG na XIII/1ª

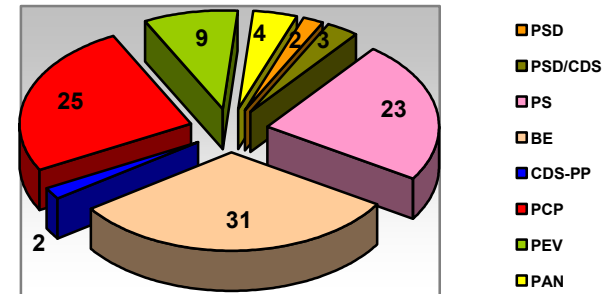


Gráfico 6
PJI Aprovados em VFG na XIII/1ª

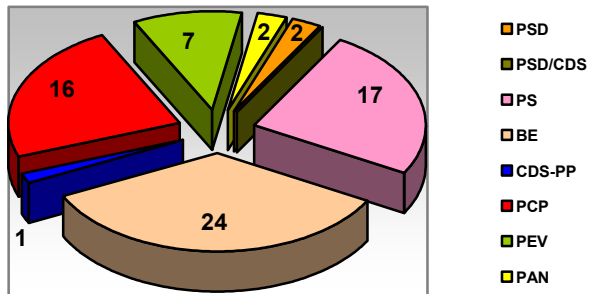
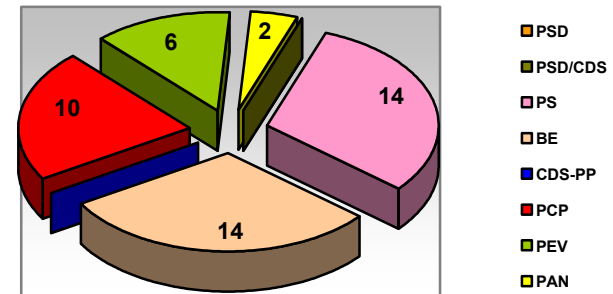


Gráfico 7
PJI que deram origem a Lei na XIII/1ª



3.2 Projetos e Propostas de Resolução

A Constituição define, no artigo 166.º, a resolução como o ato da AR que não revista a forma de lei ou moção e determina que as resoluções são publicadas independentemente de promulgação.

Até ao dia 20 de julho de 2016, foram apresentados 468 projetos e propostas de resolução, os quais deram origem a 160 resoluções.

Tabela 7
Projetos e Propostas de Resolução

Iniciativas	Autor	Entradas na XIII/1ª	Rejeitadas	Aprovadas	Iniciativas que deram origem a Resolução	Resoluções AR
Projetos de Resolução	PAR	19	-	19	19	160 ¹⁸
	PSD	51	20	20	9	
	PSD, CDS-PP	8	4	3	3	
	PSD,PS,BE,CDS-PP, PCP, PEV	1	-	1	1	
	PS	46	-	31	24	
	BE	114	18	70	52	
	CDS-PP	56	18	16	11	
	PCP	103	23	59	42	
	PEV	33	5	20	15	
	PAN	18	4	9	8	
	CAE	3	-	3	2	
	Total	452	92	251¹⁹	186	
Propostas de Resolução	Governo ²⁰	16	-	12	3	
	Total	16	-	12	3	
Outros Processos que dão origem a Resolução	Designação de Titulares de Cargos Exteriores AR ²¹				18	
	Apreciação Orçamento e Conta da AR				3	
	Conta Geral do Estado				1	
	Inquérito Parlamentar				2	
	Total				21	
Total		468	92	263	213	

¹⁸ Inclui a PPR nº 116/XII/4 (Resolução da AR nº 135/2015, de 27/19) publicada já na XIII/1ª .

¹⁹ Foram aprovados vários Textos de Substituição apresentados pelas Comissões.

²⁰ Todas as Propostas de Resolução de iniciativa governamental visam aprovar Acordos, Convenções, Protocolos ou Tratados Internacionais.

²¹ Eleições para o Conselho de Estado, Conselho de Administração da AR, Conselho Nacional de Educação, Comissão Nacional de Eleições, Conselho Pedagógico de Centro de Estudos Judiciários, Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos, Conselho Geral do Centro de Estudos Judiciários, Conselho Superior de Defesa Nacional, Conselho Superior de Informações, Conselho Superior de Segurança Interna, Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, Conselho Superior do Ministério Público, Entidade Fiscalizadora do Conselho de Estado, Conselho Superior da Magistratura, Tribunal Constitucional (estas últimas 3 Resoluções da AR foram publicadas a 21 de julho de 2016).

4. ACTIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO

4.1 Apreciações Parlamentares

A Constituição determina, no n.º 1 do artigo 169.º, que os decretos-leis, salvo os aprovados no exercício da competência legislativa exclusiva do Governo, podem ser submetidos a apreciação da AR, para efeitos de cessação de vigência ou de alteração.

Com esse propósito, até ao dia 20 de julho de 2016, foram apresentadas 16 apreciações parlamentares. Deste total, foram apreciadas em plenário 7 iniciativas, das quais 2 foram aprovadas, as Apreciações Parlamentares n.ºs 7/XIII/1ª (BE) e 8/XIII/1ª (PCP), que deram origem à Lei n.º 6/2006, de 17 de março.

Tabela 8
Apreciações Parlamentares

Autor	Entradas XIII/1ª	Caducadas	Apreciadas Plenário	Aprovadas	Leis
PSD	-	--	-	-	1 ²²
PS	-	-	-	-	
BE	4	-	3	1	
CDS-PP	1	1	1	-	
PCP	11	-	3	1	
PEV	-	-	-	-	
PAN	-	-	-	-	
Total	16	1	7	2	

²² A Lei n.º 6/2006, de 17 de março, tem origem nas Apreciações Parlamentares 7/XIII/1ª (BE) e 8/XIII/1ª (PCP).

4.2 Moções e Interpeleções ao Governo

Na 1ª sessão da XIII legislatura, até ao dia 20 de julho de 2016, foram apresentadas 5 moções de rejeição do programa do Governo, 4 ao XX Governo Constitucional – 1 foi aprovada - e 1 ao XXI Governo Constitucional, rejeitada na reunião plenária de 3 de Dezembro de 2015.

Não foram apresentadas moções de confiança ou de censura.

De acordo com o estabelecido na Constituição e no RAR, cada GP pode provocar, por meio de interpelação ao Governo, a abertura de dois debates em cada sessão legislativa sobre assuntos de política geral ou sectorial.

Até ao dia 20 de julho de 2016 realizaram-se 6 interpelações, seguindo-se a indicação dos respetivos temas e GP que as desencadearam: sobre "políticas de saúde", "balanço do ano escolar", "combate ao desperdício alimentar: da produção ao consumo", "políticas de educação", "os problemas das assimetrias regionais, da desertificação e do despovoamento do território e nas políticas necessárias para assegurar o desenvolvimento equilibrado do país" e "sustentabilidade da segurança social e a utilização do Fundo de Estabilidade Financeira."

Tabela 9
Moções e Interpeleções ao Governo

Autor	Interpeleções entradas	Moções de Rejeição do Programa do Governo		
		Entradas	Aprovadas	Rejeitadas
Governo	-	-	-	-
PSD	2	-	-	-
PSD/CDS-PP	-	1	-	1
PS	-	1	1	-
BE	-	1	-	1
CDS-PP	2	-	-	-
PCP	1	1	-	1
PEV	1	1	-	1
PAN	-	-	-	-
Total	6	5	1	4

4.3 Perguntas e Requerimentos

O poder dos Deputados de “requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do seu mandato” encontra-se consagrado no art.º 156.º da Constituição. O Governo e Administração Pública devem responder com a urgência que a questão justificar, não devendo a resposta exceder os 30 dias.

4.3.1 Perguntas

Foram formuladas 2775 perguntas, das quais 1536 foram respondidas, até ao dia 20 de julho de 2016, o que representa uma taxa de resposta de 55,4%.

Tabela 10
Perguntas Formuladas na XIII/1ª

Autor	Formuladas na XIII/1ª	Respondidas na XIII/1ª	Não Respondidas na XIII/1ª	Retiradas/ Devolvidas na XIII/1ª
PSD	343	210	118	15
PSD/ CDS-PP	2	2	-	-
PS	167	113	53	1
BE	726	492	222	12
CDS-PP	686	146	535	5
PCP	659	455	194	10
PEV	157	99	56	2
PAN	35	19	15	1
Total	2775	1536	1193	46

Gráfico 10
Perguntas Formuladas na XIII/1ª

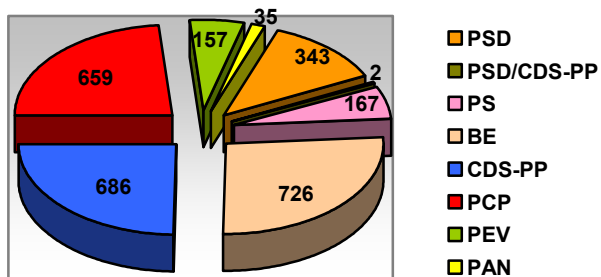
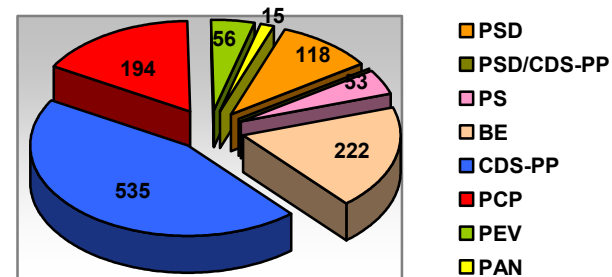


Gráfico 11
Perguntas Formuladas na XIII/1ª e Não Respondidas



4.3.2 Requerimentos

Os requerimentos são classificados segundo a entidade a que se destinam em: AC- Governo/Administração Central; AL – Órgãos das Autarquias Locais; AR - Órgãos da Assembleia da República; EI - Entidades Independentes; RA – Órgãos das Regiões Autónomas.

Na 1ª sessão da XIII legislatura foram formulados 130 requerimentos AC, 2128 AL e 130 EI. Destes, foram respondidos 68 AC, 534 AL e 67 EI num total de 669, o que representa uma taxa de resposta na ordem dos 28%, superior à taxa de resposta da 4ª sessão legislativa da XII legislatura (15%). Este resultado ocorre sobretudo por influência do aumento da taxa de resposta registada nos requerimentos AL (25%), em comparação com a 4ª sessão legislativa da XII legislatura (6%), e da elevada proporção deste tipo de requerimentos em relação aos demais.

Tabela 11
Requerimentos Formulados na XIII/1ª

Autor	Formulados na XIII/1ª						Respondidos na XIII/1ª						Não Respondidos na XIII/1ª						Retirados/Devolvidos
	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	AC	AL	EI	AR	RA	Total	
PSD	35	622	42	-	-	699	21	166	14	-	-	201	12	456	26	-	-	494	4
PSD/CDS-PP	2	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-
PS	22	-	3	-	-	25	11	-	3	-	-	14	11	-	-	-	-	11	-
BE	44	930	41	-	-	1015	24	175	17	-	-	216	20	752	24	-	-	796	3
CDS-PP	2	268	29	-	-	299	2	89	25	-	-	116	-	179	4	-	-	183	-
PCP	18	-	6	-	-	24	7	-	2	-	-	9	11	-	4	-	-	15	-
PEV	4	308	9	-	-	321	-	104	6	-	-	110	4	204	3	-	-	211	-
PAN	3	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	1
Total	130	2128	130	-	-	2388	68	534	67	-	-	669	59	1591	61	-	-	1711	8

Gráfico 12
Requerimentos Formulados na XIII/1ª

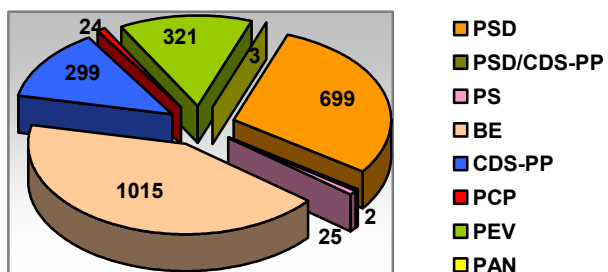
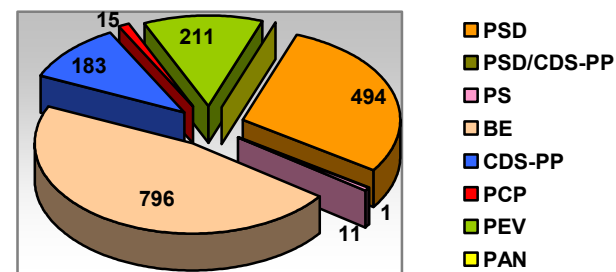


Gráfico 13
Requerimentos Formulados na XIII/1ª e Não Respondidos



4.4 Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XIII/1ª

Deram entrada 144 petições, um valor inferior ao registado na 4ª sessão legislativa da XII legislatura (161), a que se juntaram 57 petições transitadas para a 1ª sessão da XIII legislatura. Do somatório destes dois conjuntos de petições, 32 foram discutidas em Plenário, existindo 105 petições pendentes, a 20 de julho de 2016.

Tabela 12
Petições Entradas, Transitadas, Concluídas, Discutidas em Plenário e Pendentes na XIII/1ª

Legislatura	Transitadas para a XIII/1ª	Entradas na XIII/1ª	Concluídas na XIII/1ª		Pendentes na XIII/1ª
			Total	Discutidas Plenário	
XII Legislatura	57	-	44	25	13
XIII Legislatura / 1ª Sessão	-	144	52 ²³	7	92 ²³
Total	57	144	96	32	105

²³ A Petição n.º 1/XIII ainda não foi admitida, pelo que é contabilizada como Pendente. A Petição n.º 102/XIII foi anulada a pedido dos peticionantes, sendo contabilizada como concluída.

4.5 Inquéritos Parlamentares

Durante a 1ª sessão da XIII legislatura foram aprovadas as resoluções que determinaram a constituição das Comissões Parlamentares de Inquérito, ao processo que conduziu à venda e resolução do Banco Internacional do Funchal e à recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à gestão do Banco.

Sobre o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito, consultar o ponto 2.3.2.

Tabela 13
Inquéritos Parlamentares

Autor	Entrados na XIII/1ª	Aprovados	Rejeitados	Resolução AR
PSD	1	-	1	-
PSD, CDS-PP	1	- ²⁴	-	1
PS	-	-	-	-
PS, BE, PCP, PEV	1	1	-	1
BE	-	-	-	-
CDS-PP	1	-	1	-
PCP	-	-	-	-
PEV	-	-	-	-
PAN	-	-	-	-
Total	4	1	2	2

²⁴ A constituição da comissão de inquérito é obrigatória a requerimento de um quinto dos deputados em efetividade de funções (artigo 2.º, nº 1, alínea b), e artigo 4.º da Lei n.º 5/93, de 1 de março, republicada pela Lei n.º 15/2007, de 3 de abril).

4.6 Declarações Políticas

Cada GP tem direito a produzir, semanalmente, uma declaração política, devendo comunicar essa intenção à mesa até ao início da respetiva reunião. Durante a 1ª sessão da XIII legislatura, até ao dia 20 de julho de 2016, foram produzidas 43 declarações políticas, número inferior ao registado em período homólogo da sessão anterior – 78.

Tabela 14
Declarações Políticas

Autor	Declarações Políticas ²⁵
PSD	8
PS	8
BE	7
CDS-PP	9
PCP	8
PEV	3
PAN	-
Total	43

²⁵ Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 76º do RAR.

QUADRO DE CORRESPONDÊNCIAS DE SIGLAS UTILIZADAS

AC	- Administração Central
ALRA	- Assembleia Legislativa da Região Autónoma
AL	- Administração Local
AP	- Administração Pública
AR	- Assembleia da República
BE	- Bloco de Esquerda
CDS-PP	- Centro Democrático e Social / Partido Popular
DR	- Diário da República
EI.	- Entidade Independente
GP	- Grupos Parlamentares
LEG.	- Legislatura
PAN	- Pessoas-Animais-Natureza
PAR	- Presidente da Assembleia da República
PJL	- Projeto de Lei
PJR	- Projeto de Resolução
PPR	- Proposta de Resolução
PPL	- Proposta de Lei
PEV	- Partido Ecologista “Os Verdes”
PCP	- Partido Comunista Português
PSD	- Partido Social-Democrata
PS	- Partido Socialista
PR	- Presidente da República
RAR	- Regimento da Assembleia da República
VD	- Votação Deliberação
VG	- Votação Generalidade
VFG	- Votação Final Global

Ficha Técnica

Para a elaboração do documento foram utilizadas as seguintes fontes:

- Tabela 1 a 14 - Base de Dados Atividade Parlamentar;
- Tabela 2 - Gabinete do Presidente da Assembleia da República.

Título:

*Atividade Legislativa e Parlamentar: XIII Legislatura / 1ª Sessão Legislativa (23 de outubro de 2015 a 14 de setembro de 2016)
Versão Provisória a 20 de julho de 2016*

Documento elaborado por:

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar (DILP)
Graciette Dias, Rui Brito e Teresa Abraúl

Capa:

Nuno Timóteo

Data de Publicação:

Julho de 2016